

Se rejeitada, oposição enviará mais 3 emendas

Passada as fases heróicas das emendas, agora toda a atenção da população de Brasília volta-se para o posicionamento do senador Aderbal Jurema, que resolveu amparar em seu parecer a representação no Senado e na Câmara. Pelo menos sete subemendas ao chamado **emendão** Figueiredo foram apresentadas para uma avaliação por parte da comissão mista.

Três delas - a do grupo pró-diretas, a do deputado Múcio Athaide (PMDB-RO) e a do senador Marcondes Gadelha (PDS-PB) - enquadram-se na expectativa de Aderbal Jurema, pois elas não dispõem sobre a implantação de Assembléia Legislativa. O deputado Fran-

cisco Amaral (PMDB-SP) acompanha estes parlamentares na sua proposta, mas dá a Brasília apenas seis deputados. Já o substitutivo do PDT, por um lapso na sua elaboração, concede a Brasília deputados proporcionalmente ao número de eleitores (ele omitiu os senadores). Apenas o senador Mauro Borges (PMDB-GO) foge das limitações das propostas anteriores. Ele também pede a criação de uma Câmara de Vereadores e exige que o prefeito, a ser nomeado pelo Presidente da República, passe pelo crivo de um plebiscito.

O senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), em sua subemenda, não esquece também do Distrito Federal. Na sua proposta de

Constituinte, o Distrito Federal teria direito de eleger cinco representantes.

PERSPECTIVAS

Se o substitutivo do senador Aderbal Jurema não passar no Congresso Nacional - ele poderá ser derrubado pela oposição se o Governo não se dispuser a negociar sobre a data das eleições -, o Congresso Nacional vai receber nos próximos meses mais três emendas, todas elas já em fase de coleta de assinaturas. Múcio Athaide e Arildo Telles (PDT-RJ) vão teimar em pedir representação também a nível de Assembléia Legislativa:

VETO

Como se vê, no Congresso Na-

cional a questão da representação política sempre esteve em pauta e, pelas emendas em tramitação, várias votações terão que ser realizadas todos os anos. Na maioria dos casos, os projetos foram vetados na prática pelos parlamentares do PDS, mas a população local já sentiu que o direito à cidadania bate às suas portas. Foi no ano passado, quando o projeto do senador Amaral Furlan (PDS-SP), permitindo a organização legal dos partidos políticos em Brasília, foi aprovado no Senado e Câmara de Deputados. Este passo tímido, mas importante na caminhada pela conquista do direito do voto, foi interrompido bruscamente por um veto do presidente João Figueiredo.